



Comissão de Economia, Inovação
Obras Públicas e Habitação
N.º Único: 684720
N.º Entrada: 495
Data: 01-10-2021

Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação, Obras Públicas e
Habitação

Deputado António Topa

São Bento, 30 de setembro de 2021.

Assunto: *Audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do contrato de concessão dos Correios de Portugal (CTT).*

Para este Grupo Parlamentar é claro que a privatização dos CTT, realizada pelo anterior Governo PSD/CDS a 5 de setembro de 2014, foi uma decisão errada porque prejudicou a grande maioria da população e lesou gravemente o interesse público.

Volvidos 7 anos de gestão privada, e ao contrário do que foi anunciado por Pires de Lima e Sérgio Monteiro, o “enorme sucesso” da privatização dos CTT transformou-se numa violação sistemática das Bases de Concessão do Serviço Postal Universal, numa degradação continuada da qualidade do serviço prestado e num processo de delapidação do património da empresa e de destruição dos recursos técnico e humanos dos CTT.

A degradação do interesse público está patente, conforme atestam os sucessivos relatórios anuais e trimestrais da ANACOM desde 2015, no sistemático incumprimento persistente pelos CTT dos padrões de qualidade de serviço, incluídos no Convénio de qualidade do serviço postal nacional.

Ao longo dos anos, foram diversas as multas atribuídas à empresa por esta não respeitar os critérios de densidade da cobertura da rede dos CTT no atendimento ao público, quer em termos geográficos, quer em termos de faixas horárias de abertura, em violação das Bases XV e XX do contrato de concessão.

Acrescem vários outros problemas que têm sido apontados ao longo dos anos por este Grupo Parlamentar e pelas organizações representativas de trabalhadores dos CTT. Desde 2014, o país viu o encerramento de centenas de estações e postos de correios, a externalização do serviço de entrega, o fim da distribuição diária de correio em todo o país, entre outros. No plano laboral, viu-se a redução de mais de mil trabalhadores e o aumento do número dos que se encontram com vínculo precário. Mas também o aumento das reclamações sem resposta, atrasos na entrega de vales de correio de pensões e/ou reformas, mais filas de espera e atrasos significativos de correio registado.

Apesar do ataque ao Serviço Universal (SU), o Governo decidiu prorrogar o contrato de concessão de forma unilateral até ao dia de hoje, o que, posteriormente, valeu-lhe um pedido de compensação e indemnização por parte da administração do CTT no valor de 67 milhões de euros.

Acresce que o Governo já veio revelar que pretende renovar o contrato de concessão por mais sete anos recorrendo a ajuste direto. Explica o Governo que recorre a esta modalidade de contratação por “ausência de concorrência”, segundo noticiado pelo Público. Para este Grupo Parlamentar, a decisão do Governo, a ser tomada, necessita de explicações, nomeadamente porque a empresa CTT tem incumprido todos os indicadores até ao momento. Assim, exigimos o cabal esclarecimento da decisão de renovação de contratação, dos seus moldes e critérios, com vista a garantir a transparência de um processo importante para o futuro do serviço postal em Portugal.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer audição, com carácter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do contrato de concessão dos Correios de Portugal (CTT).

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires